



PODER

A desconstrução gradual da Lava-Jato

Decisões da Justiça livram condenados pela operação e sedimentam caminho para que outros envolvidos sejam beneficiados

» LUANA PATRIOLINO

Uma série de decisões da Justiça tem desconstruído, etapa a etapa, o trabalho da força-tarefa batizada de maior operação de combate à corrupção da história do país. Nesta semana, novas determinações do Supremo Tribunal Federal (STF) livraram mais dois personagens condenados na Lava-Jato e sedimentaram o caminho para que outros sentenciados busquem vitória nos tribunais — como já obtiveram, também, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (veja quadro).

Na terça-feira, a Segunda Turma do STF derrubou a condenação do ex-ministro petista José Dirceu por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. No mesmo dia, o ministro Dias Toffoli anulou todas as sentenças impostas ao empresário Marcelo Odebrecht pela 13ª Vara Federal de Curitiba, responsável pelos processos da força-tarefa.

No caso de Dirceu, a Segunda Turma da Corte considerou a extinção da pena por prescrição — ou seja, passou o prazo-limite para a punição. A defesa alegou que a prescrição ficou caracterizada porque a consumação do crime ocorreu em 2009, quando teria havido o suposto acerto de pagamento de propina.

Os advogados também apontaram a idade avançada do ex-ministro. Como Dirceu tinha mais de 70 anos na data da condenação, os prazos prescricionais foram reduzidos à metade. Agora, o ex-ministro aguarda vitória, também, no Superior Tribunal de Justiça (STJ), onde impetrou recurso contra outra condenação na Lava-Jato. Em caso de triunfo, vai recuperar os direitos políticos.

Em relação a Marcelo Odebrecht, Toffoli apontou uma série de erros na condução da investigação. Segundo o ministro, os integrantes da Lava-Jato atuaram em conluio, ignorando o devido processo legal, o contraditório, a ampla defesa e a própria institucionalidade para garantir seus objetivos pessoais e políticos. Como exemplo, citou os diálogos

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Youtube/Reproducao



Ed Alves/CB/D.A Press



O ex-ministro José Dirceu e o empresário Marcelo Odebrecht obtiveram vitória, no Supremo, contra condenações da Vara de Curitiba, que era conduzida por Sergio Moro

R\$ 4,3 BILHÕES

Valor devolvido aos cofres públicos a partir da investigação

entre o então juiz e agora senador Sergio Moro (União-PR), e procuradores — essas gravações foram apreendidas na Operação Spoofing. “Fica clara a mistura da função de acusação com a de julgar, corrompendo-se as bases do processo penal democrático”, frisou.

Reveses

A Lava-Jato amargou outros reveses na Corte. Em dezembro passado, Toffoli suspendeu a multa de R\$ 10,3 bilhões do acordo de leniência da J&F firmado com o Ministério Público Federal (MPF). Em fevereiro, o ministro também acolheu

pedido da Companhia Novonor S.A (nova denominação do então Grupo Odebrecht) e anulou o pagamento de multas de R\$ 8,5 bilhões impostas à empresa.

Durante a Lava-Jato, foram mais de mil mandados de buscas e apreensão, de prisão temporária e preventiva, além da condução coercitiva em cerca de 80 fases. O número de réus chegou a 600, e as penas superaram três mil anos de prisão.

Ontem, Moro negou a possibilidade de que eventuais erros seus tenham levado às anulações de condenações na operação. “Com relação à Lava-Jato, não tenho interesse pessoal. Fui juiz do caso e tenho muito orgulho do que foi feito. Sei que, infelizmente, existe uma tradição de impunidade no Brasil que tenta prevalecer”, afirmou ao UOL News.

Para especialistas ouvidos pelo **Correio**, houve erros, excessos e vazamentos que levaram a recuos e anulações de condenações exatamente como ocorre no momento. Fabio de Sá e Silva, professor de estudos brasileiros da Universidade de Oklahoma (EUA), alerta para a necessidade de avaliar

os impactos negativos da Lava-Jato no país. O caminho, segundo ele, é criar um colegiado para investigar possíveis abusos da operação.

“A melhor solução para lidar com a Lava-Jato seria submetê-la a uma ‘comissão da verdade’, a fim de que pudéssemos entender coletivamente o que aconteceu, tanto do lado de empresas e governos quanto do lado de juízes, procuradores e imprensa para que, assim, pudéssemos aperfeiçoar tanto nossas normas quanto nossas práticas em relação à corrupção e à anticorrupção”, sustenta.

De forma semelhante avalia o analista político Melillo Dinis. Ele considera que a operação acumula fracassos. “Apesar do esforço de muitos, a Lava-Jato atolou no pântano das ilegalidades; mergulhou no oceano do pseudo-heroísmo de procuradores e de juízes, que se arvoraram em tentar ser maior que o direito; na vaidade imensa de alguns; e na modificação da bolha que se construiu em torno de um modelo de combate à corrupção individualista e errático”, diz.

Condenações anuladas

Veja as principais decisões

José Dirceu

A Segunda Turma do STF anulou a condenação do ex-ministro pelo crime de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. A defesa alegou a idade avançada do cliente. Como o petista tinha mais de 70 anos na data da condenação, os prazos prescricionais foram reduzidos à metade.

Marcelo Odebrecht

O empresário teve todos os procedimentos penais trancados por determinação do ministro Dias Toffoli. A medida não comporta o acordo de delação firmado durante a operação.

Luiz Inácio Lula da Silva

Em 2021, o STF anulou as condenações da Lava-Jato baseado nos entendimentos de que o então juiz Sergio Moro foi parcial no processo e de que os casos tramitaram fora da jurisdição correta. O petista ficou 580 dias preso.

João Vaccari Neto

Em janeiro, o ministro Edson Fachin anulou a condenação de 24 anos de prisão imposta ao ex-tesoureiro do PT. O magistrado reconheceu a incompetência da 13ª Vara Federal de Curitiba para processar e julgar o caso. A decisão também beneficiou o publicitário João Santana e a mulher dele, Mônica Moura; e o empresário Zwi Skornicki.

Eduardo Cunha

No ano passado, o STF anulou uma condenação de quase 16 anos de prisão do ex-parlamentar, por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. A alegação foi de incompetência da Vara de Curitiba.

Sérgio Cabral

No início do mês, o ex-governador do Rio de Janeiro teve três condenações contra ele anuladas por determinações do Tribunal Federal da 2ª Região (TRF-2). As decisões não o absolveram dos crimes investigados, mas determinaram que as ações criminais fossem redistribuídas.

PF e Conselho de Ética fecham cerco a Brazão

» ÂNDREA MALCHER
» EVANDRO ÉBOLI

A situação do deputado Chiquinho Brazão (sem partido-RJ) se fecha em frentes diferentes. A Polícia Federal foi ao Supremo Tribunal Federal (STF) pedir a abertura de inquérito para apurar um suposto caso de desvio de recursos de emendas parlamentares. E no Conselho de Ética, avança a ação que pede a cassação do mandato dele, acusado de ser um dos mandantes do assassinato da vereadora Marielle Franco (PSol-RJ).

A PF sustenta ter indícios de que Brazão e o ex-deputado federal Pedro Augusto Palareti (PP-RJ) operavam um esquema de desvio de emendas. As evidências teriam sido colhidas após a apreensão do celular de Robson Calixto da Fonseca, ex-assessor de Domingos Brazão no Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ). Ele é irmão de Chiquinho e também está preso

acusado de ser um dos mandantes do crime contra a vereadora, que vitimou ainda o motorista dela, Anderson Gomes.

Calixto foi preso no começo do mês, suspeito de ter intermediado uma reunião entre os irmãos Brazão e Ronnie Lessa, executor confesso do assassinato de Marielle. Segundo a PF, Wendre Dias, assistente de Chiquinho Brazão, enviou mensagens a Calixto, que também é conhecido como Peixe, em que pediu a aprovação de emendas que somam R\$ 4 milhões. Peixe teria sido o responsável pelas transferências dos valores.

O relatório da corporação indica que foram encontradas no celular de Calixto imagens que envolvem emendas, compra de bens de luxo e o contato com deputados tratando sobre o assunto. Peixe queria “angariar, para si, patrimônio potencialmente incompatível com suas fontes de renda lícitas”.

Em 2023, como aponta a PF, ele teria comprado uma

Bruno Spada / Câmara dos Deputados



PF pede inquérito contra Brazão por suposto desvio de emendas

cobertura em um condomínio no Recreio dos Bandeirantes, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, avaliada em R\$ 2,2 milhões. Os montantes eram transferidos

para contas da empresa Elohim Serviços Terceirizados, cuja única sócia é Maria Clara Fonseca, filha de Robson.

“Foi possível sedimentar a

atuação de Peixe como homem que atua nos bastidores na defesa dos interesses espúrios da família Brazão, de modo a angariar, para si, patrimônio potencialmente incompatível com suas fontes de renda lícitas”, diz o relatório da PF.

A PF encontrou, ainda, trocas de mensagens entre Calixto e Maria de Fátima Bezerra, assessora do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ). A corporação afirma ter descoberto mensagens que apontam que em pelo menos duas ocasiões Calixto cobrou de-la encaminhamento de emendas. O relatório não menciona, no entanto, se houve resposta e não diz se há indícios de envolvimento ilegal de Flávio. O **Correio** tentou contato com o senador, mas não obteve retorno.

Em relação ao Conselho de Ética, Chiquinho Brazão foi notificado na quinta-feira, na prisão onde está detido, da abertura do processo contra ele no Conselho de Ética da Câmara. No último

dia 15, o colegiado aprovou por 16 votos a favor e um contrário a admissibilidade da ação por quebra de decoro parlamentar pela acusação de homicídio.

O deputado agora tem 10 dias úteis para apresentar a defesa. Nessa fase da investigação, as partes podem arrolar testemunhas e apresentar documentos. Brazão foi notificado por policiais legislativos da Câmara, que se dirigiram até o presídio de segurança máxima de Campo Grande (MS), onde o parlamentar fluminense está preso há quase dois meses.

A relatora da representação contra Brazão, deputada Jack Rocha (PT-ES), que foi a favor da continuidade da ação apresentada pelo PSol, classificou a acusação contra o parlamentar de “altíssima gravidade”.

Nessa reunião do Conselho de Ética, Brazão usou a palavra por alguns segundos, por videoconferência, e reafirmou ser inocente.